

Vestígios sobre a formação de Professores Normalistas na Escola Normal Pedro Celestino (1960)

Traces on the training of Normalist Teachers at the Normal School
Pedro Celestino (1960)

Huellas de la formación de Profesores Normalistas en la Escuela
Normal Pedro Celestino (1960)

Eliane Maria do Prado Siqueira⁰¹
Laura Isabel Marques Vasconcelos de Almeida⁰²

Resumo

Originárias do Movimento da Reforma Protestante e inspiradas na Revolução Francesa, as Escolas Normais tinham a missão de formar professores normalistas para a escola primária. Tornaram-se um centro de renovação educacional, alterando o currículo e referenciando acontecimentos que marcaram a história da educação brasileira. A pesquisa em desenvolvimento, ancora-se na abordagem histórico-cultural e fundamenta-se nos aportes teóricos de Chervel (1990), Julia (2000), Le Goff (1990) e Tanuri (2000). O artigo tem como objetivo destacar a Escola Normal Pedro Celestino e a formação de professores mato-grossenses. Os dados apontam que a influência da Escola Normal Pedro Celestino não se limitou apenas à formação técnica, mas contribuiu para construção da identidade cultural e social dos professores, refletindo mudanças nas concepções pedagógicas, passando do método intuitivo para uma abordagem mais prática e contextualizada, provocando adequações no currículo e nos métodos de ensino, visando atender às necessidades, organização e desafios do ensino primário.

Palavras-chave: Formação de professores. Escola Normal. Ensino primário.

Abstract

Originating from the Protestant Reform Movement and inspired by the French Revolution, the Normal Schools had the mission of training normal teachers for primary schools. They became a center of educational renewal, changing the curriculum and referencing events that marked the history of Brazilian education. The research in development is anchored in the historical-cultural approach and is based on the theoretical contributions of Chervel (1990), Julia (2000), Le Goff (1990) and Tanuri (2000). The article aims to highlight the Escola Normal Pedro Celestino and the training of teachers in Mato Grosso. The data indicate that the influence of Escola Normal Pedro Celestino was not limited to technical training, but contributed to the construction of the cultural and social identity of teachers, reflecting changes in pedagogical conceptions, moving from the intuitive method to a more practical and contextualized approach, causing adjustments to the curriculum and teaching methods, aiming to meet the needs, organization and challenges of primary education.

Keywords: Teacher training. Normal School. Primary school.

Resumen

Originarias del Movimiento de Reforma Protestante e inspiradas en la Revolución Francesa, las Escuelas Normales tenían la misión de formar profesores normales para las escuelas primarias. Se convirtieron en un centro de renovación educativa, cambiando el currículo y haciendo referencia a acontecimientos que marcaron la historia de la educación brasileña. La investigación en desarrollo está anclada en el enfoque histórico-cultural y se fundamenta en los aportes teóricos de Chervel (1990), Julia (2000), Le Goff (1990) y Tanuri (2000). El artículo tiene como objetivo resaltar la Escuela Normal Pedro Celestino y la formación de docentes en Mato Grosso. Los datos indican que la influencia de la Escola Normal Pedro Celestino no se limitó a la formación técnica, sino que contribuyó a la construcción de la identidad cultural y social de los docentes, reflejando cambios en las concepciones pedagógicas, pasando del método intuitivo a un enfoque más práctico y contextualizado, provocando ajustes en el currículo y los métodos de enseñanza, con el objetivo de satisfacer las necesidades, organización y desafíos de la educación primaria.

Palabras Clave: Formación docente. Escuela normal. Escuela primaria.

1. Graduação em Pedagogia - Faculdades Integradas de Diamantino (FID). Professora da rede municipal de Diamantino/Mato Grosso (SME). E-mail: prado_eliane@hotmail.com

2. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade de Cuiabá (UNIC). E-mail: lauraisabelvasc@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é parte inerente de uma pesquisa de mestrado que trata sobre a formação de professores na Escola Normal, especificamente no campo da História da Educação. Tem como objetivo destacar o processo de constituição da Escola Normal no Estado de Mato Grosso, com ênfase na Escola Normal Pedro Celestino (1947), que tinha a missão de formar professores primários a época, para atender a demanda na capital mato-grossense.

A escolha do tema justifica-se pela relevância da instituição de ensino ser responsável pela formação de professores primários e ser extinta por quase uma década, exercendo as suas funções, apenas como um curso de especialização em nível secundário. Em 1946, após a publicação da Lei Orgânica do Ensino Normal Nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946, foi retomada, dando um novo direcionamento a Escola Normal Pedro Celestino em 1947 (Nascimento; Sá, 2024).

Partindo dessa premissa emerge o seguinte questionamento: Quais as contribuições da Escola Normal Pedro Celestino para a formação de professores primários no Estado de Mato Grosso? Na intenção de respondê-la, a pesquisa com viés histórico e abordagem qualitativa apoia-se na literatura especializada e fundamenta-se nas concepções teóricas de Chervel (1990), Julia (2000), Le Goff (1990) Prado (2020), Silva (2006), Sá (2024) e Tanuri (2000).

Tem como fontes de pesquisa, os documentos oficiais e depoimento de uma professora normalista aposentada, que na década de 1960, estudou e posteriormente atuou como professora da referida instituição, contribuindo com o enredo e detalhes inerentes ao objeto de estudo.

Neste contexto, revisitar a história da educação dos tempos de outrora, implica em compreender a formação de professores normalistas a época e possibilita conhecer a adoção de práticas e metodologias utilizadas para ministrar aulas no ensino primário. Neste sentido, a pesquisa contribui para conhecer a historiografia local e o processo histórico e cultural de outros tempos.

Escola Normal e Formação de Professores: um pouco de história

A História da Educação perpassa por vários momentos de avanços e retrocessos, e a formação de professores sempre esteve em pauta em todas as etapas das mudanças no cenário educacional.

A consolidação das instituições de ensino destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligada à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, articuladas aos ideários liberais de secularização e extensão do ensino primário almejando alcançar todas as camadas da população (Tanuri, 2000, p. 62).

Neste cenário, a Escola Normal objetivava formar professores normalistas para atender aos primeiros anos de escolarização, foi pioneira e teve sua origem durante o movimen-

to da Reforma Protestante, com a intenção de criar uma instituição pública e secular para formar professores primários.

Em tais circunstâncias, desde a sua criação as escolas normais brasileiras fizeram parte dos sistemas provinciais. O modelo que se implantou foi o europeu, mais especificamente o francês, resultante de nossa tradição colonial e do fato de que o projeto nacional era emprestado às elites, de formação cultural europeia. Embora não haja como negar o caráter transplantado de nossas instituições—sobre o qual tanto se tem insistido—a historiografia mais recente tem procurado mostrar também sua articulação com o contexto nacional e com as contradições internas de nossa sociedade. Assim, as primeiras iniciativas pertinentes à criação de Escolas Normais coincidem com a hegemonia do grupo conservador, resultando das ações por ele desenvolvidas para consolidar sua supremacia e impor seu projeto político (Tanuri, 2000, p. 68).

No Brasil, em vez de assumir o controle da educação pública, o Império ideologicamente elitista transferiu a responsabilidade política e financeira pela criação de suas próprias escolas primárias e normais para as assembleias provinciais.

Nos seus estudos, Prado (2020) destaca o surgimento das primeiras Escolas Normais no Brasil:

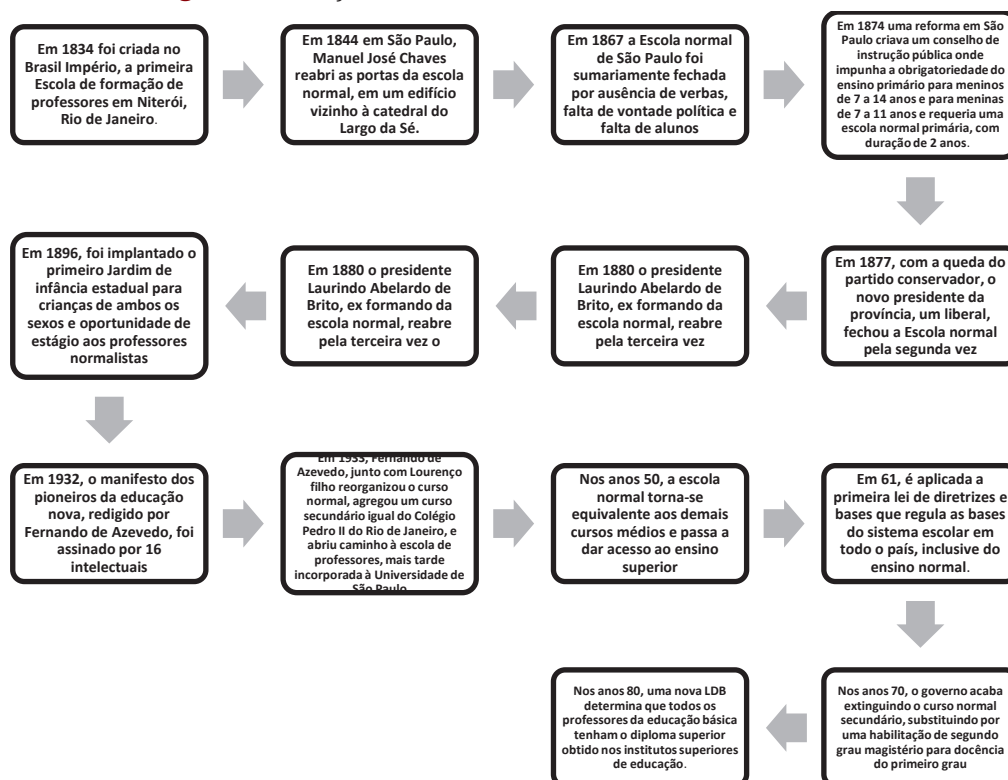
Foi a partir do Ato Adicional à Constituição de 1824, Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, que se deu o primeiro passo para a criação das Escolas Normais no Brasil. Entre outras coisas, esta Lei estabeleceu que cada Província passaria a ser responsável política e economicamente pela organização de seu sistema educacional primário, secundário e pela formação de seus professores. Considerando que as diversas Províncias do Brasil na época apresentavam inúmeras diferenças geográficas, culturais, políticas, ideológicas e econômicas, o processo de descentralização administrativa imposta pelo Ato Adicional causou uma distinção nas formas de tratar as questões educacionais. Isso refletiu o desenvolvimento desigual das Escolas Normais e da formação de professores em cada região do país (Prado, 2020, p. 11).

Durante o período republicano, a Escola Normal mudou seu currículo, e a administração republicana permaneceu como o mais importante centro de renovação educacional, no Brasil, por várias décadas, sendo referência e centro de divulgação de conjecturas científicas e pedagógicas, bem como, palco de eventos formativos que definem a história da educação.

Antes da Proclamação da República, a Escola de Formação de professores foi criada especificamente para formar professores do ensino primário. A primeira Escola Normal da América foi fundada, em 1835, em Niterói/RJ, estado do Rio de Janeiro. A lei nº 10, de 4 de abril de 1835, organizou e estabeleceu as normas do Ensino Normal (Muniz, 2018, p. 10).

Desde sua institucionalização, as Escolas Normais foram importantes “agências de mediação da cultura, ou melhor, organizações responsáveis pela difusão de conhecimentos, normas e técnicas necessárias à mediação cultural e formação de professor” (Martins, 2009, p. 174). Essa organização tem visibilidade na Figura 1 que retrata a linha do tempo sobre as várias etapas de avanços e retrocessos vividos pela Escola Normal no cenário educacional brasileiro.

Figura 1–Avanços e retrocessos da Escola Normal no Brasil.



Fonte: Adaptado pela pesquisadora, 2024.

Segundo Tanuri (2000, p. 64), as primeiras Escolas Normais que foram implementadas no país, apresentavam características comuns, como exemplo, a organização didática considerada simples com a presença de um ou dois professores para ministrar todas as disciplinas. Outro aspecto comum era a duração do curso com o período de dois anos, ampliando-se posteriormente no final período imperial.

A autora ainda destaca que o currículo abrangia apenas os conteúdos dos estudos primários, com precária formação pedagógica, limitada a uma única disciplina (Pedagogia ou Métodos de Ensino) e de caráter essencialmente prescritivo. A infraestrutura também considerada insuficiente gerou motivos substanciais para o fechamento das escolas, pela ausência de alunos ou descontinuidade administrativa com medidas de criação e extinção, consolidando-se somente nos anos finais do Império (Tanuri, 2000, p. 65).

2. A ESCOLA NORMAL EM MATO GROSSO

Em Mato Grosso, nas primeiras décadas do século XX, era necessária uma organização no ensino público, pois a formação do corpo docente da instrução primária daquela época, que em sua maior parte era considerada leiga, não possuía formação específica na área, sendo assim, o governo de Mato Grosso autorizou a reorganização da Instrução Pública do estado, por meio da Lei n. 533, de 4 de julho de 1910.

A educação formal em Mato Grosso, nas primeiras décadas do século XX, devido a timidez de implementação de políticas, ingerência política da oligarquia, falta de projeto de capacitação de pessoas para o trabalho nas escolas e baixos salários, não pas-

sava de um arremedo. Dentro das ações desenvolvidas timidamente nos anos 1910 são fundadas em Cuiabá e Campo Grande as Escolas Normais para a formação de professores para o nível primário (Dalcin; Cunha; Santos, 2014, p. 3).

Rodrigues (1988) destaca que a formação do professor adquire importância, considerando que o investimento na mão de obra qualificada para o ensino, a ação direta do professor, iria modificar hábitos e costumes, criando condições indispensáveis ao progresso da região.

Com as mudanças no cenário educacional, o governador a época, Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, em 1909 autorizou a contratação de dois professores normalistas paulistas, Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, pela Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo, com a missão de remodelar o ensino, no estado de Mato Grosso, que se encontrava disperso e sem parâmetros organizacionais.

A Escola Normal foi responsável por essa formação, considerada a grande mola precursora nas disseminações dos Programas de ensino da época, já que os conteúdos a serem ensinados na escola primária eram estudados pelos normalistas, no treinamento de professores e na implantação de uma nova grade curricular para o ensino primário mato-grossense.

A primeira instituição escolar para formação de professores, no estado, foi a Escola Normal de Cuiabá instalada na capital no dia 01/02/1911, por meio da Lei nº 533 de 04/06/1910, sob a direção do professor Leowigildo Martins de Mello. A iniciativa, como parte inerente das políticas do governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa, visava criar condições para o fortalecimento do ensino primário na região, entendido como “base fundamental de todo o verdadeiro progresso social, que é tanto que o primeiro passo a dar para esse fim é a formação de bons professores” (Silva, 2006).

A referida instituição, denominada de Escola Normal de Cuiabá, posteriormente, teve o nome alterado para Escola Normal Pedro Celestino, por meio do Decreto 132 de 1932. Na Escola Normal, durante décadas, o corpo docente foi exclusivamente masculino. Dos homens, a autoridade, a força e a coragem de investir na política e na vida social. Esperava-se das mulheres a permanência no espaço doméstico e a alegria da maternidade (Prado, 2020).

O quadro 1 retrata essa realidade, quanta destaca o corpo docente e as disciplinas ministradas em 1911 e, posteriormente, em 1930, com a presença do gênero masculino em ascensão no magistério.

Quadro 1–Corpo docente da Escola Normal–1911

Cadeiras	Nomes
Português	Annibal B. de Toledo
Português	Aprígio do C. R. dos Anjos
Francês, Caligrafia e Desenho	Eduardo Prisot
Francês, Caligrafia e Desenho	Amarildo Novis
Matemática	Fenelon Müller
Geografia e Corográfica do Brasil	Fábio Monteiro Lima
Pedagogia	Leowigildo Martins de Mello

Fonte: Silva, 2006, p. 33.

Segundo Silva (2006), “desde a sua gênese em Mato Grosso, a Escola Normal, teve o seu quadro docente constituído de profissionais masculinos da sociedade mato-grossense que, na sua totalidade, lecionavam sem qualquer formação pedagógica, sendo nomeados pelo Governo”. Exceto o professor Leowigildo de Mello, diretor da escola, normalista formado em São Paulo, destacado no Quadro 2. Neste contexto, a Escola Normal Pedro Celestino, no ano de sua implantação (1830), apresentava a seguinte composição:

Quadro 2 – Corpo docente da Escola Normal Pedro Celestino – 1930

Disciplinas	Nomes
Português	Nilo Póvoas
Francês	Jayme Joaquim de Carvalho
Mathemática	Fernando Leite de Campos
Physica e Clínica	Agostinho S. de Figueiredo
H. Natural	Athayde de Lima Bastos
Geographia	Franklin C. da Silva
História do Brasil	Philogonio de P. Corrêa
Pedagogia	Rubens de Carvalho
Hygiene	Antonio de P. M. Epaminondas
Dezenho	Alberto A. Peixoto de Azevedo
Gynastica	Alinor de Lima Bastos
Música/Trabalhos manuais	D. Gertrudes M. Ribeiro

Fonte: Gomes, 2017, p 107.

Ao analisarmos o quadro, observa-se que, mesmo após três décadas de diferença, o acesso à profissão feminina foi lento, pois, em 1930, apenas uma mulher fazia parte do corpo docente da Escola Normal, a professora D. Gertrudes M. Ribeiro, que ministrava aulas de música e trabalhos manuais, enfatizando a relação da disciplina com os trabalhos domésticos que as mulheres desenvolviam em casa.

A esse respeito Tanuri (2000, p. 66), também afirma que as primeiras Escolas Normais brasileiras (Niterói, Bahia, São Paulo, Pernambuco) foram designadas ao exclusivamente ao

gênero masculino, que os mecanismos de exclusão aconteciam desde a escola primária, havendo diferenciação e redução do currículo para o sexo feminino, contemplando apenas disciplinas que abrangiam o domínio de trabalhos domésticos.

Porém, com a intensificação da Escola Normal, o acesso das mulheres ao maior grau de instrução foi “facilitado”, mesmo porque a escola pública seria a garantia de um ensino voltado aos interesses nacionalistas rumo ao tão desejado progresso, conforme aponta Almeida (2004) nos seus estudos.

Educar o sexo feminino passou a ser uma necessidade que se impunha cada vez mais diante da sociedade urbanizada que ditava novas regras de convivência no espaço cidadão [...] educar as mulheres para tornar melhores os homens, instruir futuras mães para que contribuíssem para a grandeza da pátria. As mulheres seriam as principais indicadas para se incumbir em moldar uma infância saudável, patriótica e livre de vícios que degeneraram a raça e a sociedade (Almeida, 2004, p. 75).

Com o reconhecimento da relevância e melhoria das Escolas Normais, concomitante, acontece a valorização e ampliação do currículo, ampliando os requisitos para o ingresso e a inclusão da figura feminina como professora nas instituições formais de ensino.

3. O CAMINHO PERCORRIDO

A pesquisa na perspectiva histórico-cultural, de natureza qualitativa nos permitiu re-visitando a história da Escola Normal considerada essencial para discussão do objeto de estudo. Durante o percurso metodológico, além do apoio da literatura especializada, centramos nossas atenções nos documentos que segundo Le Goff (1990, p. 103,) resulta de uma “montagem consciente ou inconsciente, da sociedade que o produziu.” O autor chama atenção do historiador e/ou pesquisador em relação aos documentos que serão analisados, que segundo, refletem o momento de sua produção e sua intencionalidade ao serem produzidos. Não há neutralidade nos documentos, sempre haverá uma intenção de quem o produziu e ainda poderá revelar a história por detrás dos bastidores.

Outro aspecto relevante refere-se a entrevista realizada com uma protagonista que vivenciou o momento em destaque. Como forma de coletar dados e construir o material empírico, além das fontes documentais, utilizamos o roteiro de entrevista semiestruturada para ter acesso às informações que contribuíram com a construção do nosso enredo.

Tecer o enredo da narrativa, abre espaços e amplia a possibilidade da participante falar, se expressar sobre as experiências formadoras, descortinar os diversos ângulos sobre a expertise advindas da sua vivência. A construção dessa narrativa pauta-se na subjetividade e estrutura-se num tempo, que não é linear, mas num tempo da consciência de si, das representações que o sujeito constrói de si mesmo (Souza, 2007, p. 69).

Neste sentido, contamos com a entrevista da Professora Normalista, Nazita Barros, atualmente aposentada, que nasceu e reside até os dias atuais em Cuiabá/MT. Relembra de forma saudosista sobre a infância, e rememora sobre o período estudantil, fazendo alusões sobre a qualidade do ensino e da postura profissional dos professores na época, como aluna

do Grupo Escolar Senador Azeredo onde cursou o ensino primário, e conseguinte concluindo o ginásio na escola particular denominado Ginásio Brasil, localizada na capital.

Posteriormente, na sua juventude, com 17 anos, em 1960, ingressou na Escola Normal Pedro Celestino, concluindo os estudos, em 1962, com 20 anos de idade. Nesse período, destaca que o Curso Normal era organizado em três anos e, a partir de 1963, passa para quatro anos de duração. Além do Magistério, na Escola Normal Pedro Celestino, cursou, ao mesmo tempo, Contabilidade na Escola Técnica, no período noturno. Segundo a professora Nazita, assim que os estudantes terminavam o “Ensino Fundamental, eram encaminhados para a Escola Técnica para cursar um curso profissionalizante” (Entrevista concedida à pesquisadora, em novembro de 2023).

As análises aqui empreendidas centram-se nos relatos da professora Nazita Barros, que apresenta detalhes minuciosos sobre o ensino a época, destacando a importância e contribuições da Escola Normal para formação e o preparo do trabalho destinado as professoras normalistas para atuar em sala de aula.

Porém, a formação de professores não era o único problema que imperava no momento, mas também a falta de estrutura física adequada. Deste modo, tornou-se fundamental a construção de espaços apropriados para tal fim. Foi para liquidar esta situação que o governo investiu na construção do Palácio da Instrução, com instalações adequadas para abrigar a Escola Normal, o Liceu Cuiabano e a Escola Modelo Anexa (Gomes, 2017).

4. ESCOLA NORMAL PEDRO CELESTINO

O Palácio da Instrução era um prédio majestoso à época, digno do nome que recebera. Souza (1998, p. 124) afirma que “a política de construções escolares promovida pelos governos republicanos no estado de São Paulo elevou os edifícios escolares à altura da importância atribuída à educação naquele momento histórico”, como aponta a figura 2.

Figura 2: Palácio da Instrução, 1950–Cuiabá/MT.



Fonte: Siqueira, 2002, p. 156.

Hoje considerado um patrimônio público mato-grossense, pela sua imponência e grandiosidade, durante um período o Palácio da Instrução, acolheu a Escola Normal, o Liceu Cuiabano e o Grupo Escolar. Segundo as normativas do ensino (1910) que regiam essas instituições, junto a Escola Normal, em anexo funcionaria o Grupo Escolar, denominado a época de “Escola Modelo” (Mato Grosso, 1910, p. 169), que além de inspirar as demais escolas primárias em todo território mato-grossense, funcionava como uma espécie de “oficina pedagógica” para os alunos da Escola Normal (Santos, 2012).

Em Mato Grosso, o Professor Leowigildo Martins de Mello assumiu a direção da “Escola Modelo Barão de Melgaço” e, nos relatos, a professora Nazita Barros destaca que a referida Escola era anexa ao Liceu Cuiabano e tinha uma excelente estrutura arquitetônica, com salas amplas, estilo neoclássico da época, permanecendo até os dias atuais. Afirma que não era a Escola Normal, apenas dispuseram uma ala para atender três turmas de normalistas, referentes à primeira, segunda e terceira séries. Ainda destaca que a Escola Normal Pedro Celestino contava com a presença de um diretor e a Escola Liceu Cuiabano, por ser muito grande, contava com dois diretores (Entrevista concedida à pesquisadora, em novembro de 2023).

Ao relatar sobre o curso profissionalizante que as normalistas frequentavam, afirma que a intenção ao matricular-se na Escola Técnica, era ficar atenta à forma como o professor ensinava os conteúdos, a metodologia sobre como ensinar o Português, a Matemática que, segundo a professora era denominada de Aritmética para as crianças na escola primária (Entrevista concedida à pesquisadora, em novembro de 2023).

De acordo com a professora Nazita, em 1960, ano que ingressou nos estudos, na Escola Normal Pedro Celestino, essa situação de gênero já havia mudado. Nesse período, o quadro de professores contava com a presença de várias mulheres, hoje, algumas consideradas ilustres mato-grossenses que fizeram parte da formação de muitos estudantes.

Quadro 3 – Corpo docente da Escola Normal – 1960

Disciplinas	Nomes
Português	Célia Camacho
Psicologia	Cesário Neto
Música	Terezinha Castrilon
Francês	Dunga Rodrigues
Sociologia	Dunga Rodrigues
Inglês	Flores Santiago
Metodologia	?????
Literatura	Mirian
Educação Física	Ana Maria do Couto
Matemática	João Crisóstomo de Figueiredo

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A Escola Normal ganhava amplitude, pois voltava-se para a educação feminina como um processo civilizador e urgente. Os homens que procuravam a escola, uma vez ingressos no magistério, não tinham a pretensão de permanecerem em sala de aula, aspirando os cargos de chefia ou direção. Caso ficassem no magistério, procuravam o ensino secundário, deixando o ensino primário a cargo das professoras.

Com a implementação da reforma educacional de Mato Grosso procurou consolidar a presença do Método de Ensino Intuitivo no seu ensino público, porque priorizava a intuição, a observação e a experiência através dos sentidos e o método simultâneo (Silva, 2004, p. 200).

Nos estudos de Almeida (2017, p. 65), a autora destaca dois marcos importantes advindos das transformações da cultura escolar no contexto de expansão e renovação da escola primária mato-grossense no período de 1920 a 1980: “o primeiro refere-se à introdução do ensino intuitivo e o segundo, destaca o abandono gradativo da memorização da tabuada, dos processos mecânicos da aritmética e dos exercícios descontextualizados do cotidiano infantil”.

Também conhecido como Lição das Coisas, era fundamentado nas ideias de Pestalozzi, como destacam os estudos de Filho (2000).

Se deve a acentuada importância que os seus defensores davam a intuição, à observação enquanto momento primeiro e insubstituível da aprendizagem humana. Acorados nas tradições empiristas de entendimento dos processos de produção e elaboração mental dos conhecimentos, sobretudo na forma como foram apropriadas e divulgadas pelo seu idealizador. Os defensores do método intuitivo chamaram a atenção para a importância da observação das coisas, dos objetos, da natureza, dos fenômenos e para a necessidade da educação dos sentidos como momentos fundamentais do processo de instrução escolar (Filho, 2000, p. 143).

A intuição e a observação eram defendidas como componentes fundamentais da aprendizagem humana, a ênfase estava na observação como um momento primordial e insubstituível de aprendizagem.

Em Mato Grosso, o método intuitivo teve uma importância no uso e diversificação de materiais didáticos, configurando-se como núcleo central da renovação pedagógica, apresentando-se como instrumento favorecedor da melhor aprendizagem dos alunos e provocando mudanças na cultura escolar primária mato-grossense (Almeida, 2017, p. 65).

Na tese de doutoramento, a autora ainda destaca que o Programa Curricular inerentes as décadas de 1920 a 1960, a intuição já era considerada como base para as disciplinas do currículo da escola primária, conforme aponta a Figura 2, com destaque para o Programa do Ano Letivo de 1943 (Almeida, 2017, p. 65).

Figura 2 – Programa do Ano Letivo–Março, 1943.

PROGRAMA DO ANO LETIVO REFERENTE AO MÊS DE <u>março</u>			
EXECUÇÃO DO PROGRAMA			
Disciplinas	Pontos	Elementos do desenvolvimento	Referência no programa
14.14.30	Aritmética: n.º de 1 a 10 ensinados por meio de grupos de objetos.	Exercícios concretos, cálculos com o auxílio de postais, papéis e problemas mais.	Esses exercícios são intuitivos e práticos.
14.30-15	Português – Língua oral fazendo listas próprias com os nomes das coisas.	Exercício de escrita – Letra feita no quadro negro.	Correção sobre os erros de pronúncia.
15.30-16	Ciências: noções sobre a faz de trigo – o pão e as massas alimentícias.	Palestras com os alunos sobre as referidas coisas de coisas.	A explicação desta matéria foi feita com objetos à vista.
16-16.30	Geografia: Palestras com os alunos sobre a posição relativa dos objetos de sala.	Lição oral: perguntas feitas sobre os objetos da sala de aula.	“
VISTO DO DIRETOR <i>Amo. Lourenço</i> Em 14 de Março de 1943.		OBSERVAÇÕES:	Turno <u>vespertino</u> Horário <u>14 às 17 horas</u> Ano <u>1943</u> Classe <u>A B</u> Seção <u>feminina</u> Prof. responsável <u>Irmã Zélia Maria</u>

Fonte: Almeida, 2017, p. 65–Escola Estadual Plácido de Castro Diamantino/MT.

A imagem retrata os registros dos conteúdos trabalhados a época, denominado de “pontos” e destacam as disciplinas de Aritmética, Linguagem, Ciências e Geografia referentes a turma do 1º ano da escola primária, período vespertino, conforme aponta a Figura em destaque.

A Professora Irmã Zélia Maria, faz questão de deixar claro que os números de 1 a 10 foram ensinados aos alunos, com o uso de objetos organizados em grupos, que os exercícios são intuitivos e práticos (Almeida, 2027, p. 66).

Contrapondo-se às práticas memorialísticas, até então utilizadas nas escolas o método do ensino intuitivo segue a abordagem indutiva baconiana, sintetizada pela versão científica da Pedagogia, na qual o ensino deveria partir do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, das coisas para os nomes, das ideias para as palavras, conforme dissemos anteriormente. Nessa perspectiva, o ensino, até então centrado nos livros e na palavra do mestre, na memorização e repetição de palavras e textos, deveria ceder lugar ao estudo das coisas, dos objetos, da natureza, sem a intermediação, sempre que possível de textos e livros (Almeida, 2017, p. 66).

Os adeptos baseavam-se na tradição empirista que buscavam compreender os processos de produção de conhecimento e de elaboração mental, particularmente as formas como os criadores de métodos pensam e divulgam. Também enfatizavam a observação de coisas, objetos, natureza e fenômenos e a necessidade de educar os sentidos como componentes fundamentais do processo de formação. Esta abordagem destaca a importância da ligação direta com o meio ambiente e a ênfase na experiência prática como meio de aprendizagem.

Tais métodos contribuíram com a inserção das mulheres na docência, uma vez que ambos requeriam sensibilidade e paciência – características tidas como inerentes ao perfil feminino, portanto, compatíveis com o discurso vigente (Gomes, 2017).

Com a finalidade de formar professores conhecedores desta “nova” metodologia foi, então, (re)organizada a Escola Normal de Cuiabá. No relatório, Leowigildo de Mello expõe a fundamentação teórica e metodológica da Escola Normal:

Seu programa de ensino, cuja orientação é, como bem disse Pestalozzi [...] ensinar a fazer, fazendo, e não, ensinar a fazer, dizendo como se faz. É lei fundamental de pedagogia, que, em aquisição de conhecimentos, os fenômenos devem sempre partir do consciente para o inconsciente, mediando, entre essas duas frases extremas da evolução físico-psíquica, o termo médio-consciente – inconsciente, ou, por outras palavras, a ação educadora deve partir do concreto para atingir ao abstrato, mediante a transição natural pelo concreto-abstrato (Silva, 2004, p. 13).

Neste contexto, a grade curricular da Escola Normal foi estruturada com base no Regulamento Interno do Curso Normal de 1874, continuou organizada em três anos e os conteúdos de Ensino Moral e Religioso foram abolidos, sendo substituídos pelos conteúdos de Educação Moral e Cívica (Silva, 2004).

As aulas de Português constituíam-se de leituras expressivas de livros de prosadores e poetas contemporâneos de Portugal e do Brasil e análise do trecho lido na seguinte ordem: fonologia; interpretação; exercícios ortográficos; recitação e composição. O estudo da Língua Francesa era prático e ministrado por meio de conversação. A evolução fisiológica e psicológica, e a importância do fortalecimento do corpo eram trabalhadas através do ensino da Educação Física.

Segundo a professora Nazita, nas aulas de Aritmética, utilizava-se o Ábaco e o Cartaz de pregas para aprender fazer todas as operações fundamentais: somar, subtrair, dividir e multiplicar e ainda destaca que as professoras utilizavam tampinhas de garrafas para facilitar a compreensão do conteúdo. No seu depoimento, afirma que “dessa forma a gente aprendia fazer todas as operações, contando as tampinhas, tirando, acrescentando e dividindo em partes iguais” (Prof.^a Nazita Barros–Entrevista concedida à pesquisadora, em novembro de 2023).

Já na década de 1960, de acordo com o relato da professora, pouca coisa ou nenhuma ainda havia mudado:

Nossas aulas no sistema de ensino, na sala de aula realmente era textual. Você tinha que conhecer a literatura e saber as estrofes da poesia literária, porque era o Português a fina flor, né? Regras normativa da língua. Então, nós saíamos ali de dentro quase como se fosse já um terceiro grau na universidade. Porque tinha um currículo realmente baseado em uma cultura. Realmente uma época iluminada, não era os iluministas da França, mas eram de Cuiabá, de Mato Grosso, porque cada um depois ia para seu município (Prado – Entrevista concedida em novembro 2023).

Além da alteração das disciplinas, Leowigildo de Mello propôs a ampliação da duração do curso de três para quatro anos, tomando como referência o projeto pedagógico de sua escola de origem, justificando a incapacidade dos alunos de compreenderem os conteúdos, porque os professores não tinham tempo necessário para trabalhar de maneira satisfatória, sendo obrigados a fazer um estudo superficial, às pressas (Silva, 2004).

A esse respeito, a Professora Nazita destaca que não havia uma forma específica de preparar os professores, quando retornavam das férias. Segundo os relatos, essa preparação não correspondia à intenção.

Não tínhamos metodologia com especificidade por matéria. A didática era única. O que separava, era alfabetização. Nosso português eram regras, normas, saber falar e escrever texto, redação. Nos preparava muito para redação, frases corretas. Nós éramos formadas dentro de um currículo para termos uma cultura da língua portuguesa. Tínhamos apenas a metodologia da alfabetização, que eu acho, que houve um pouco de dificuldade para nós atuarmos em sala, porque era uma metodologia geral. A alfabetização era só um professor de metodologia para alfabetizar (Prof.^a Nazita Barros–Entrevista concedida a pesquisadora em novembro de 2023).

A fala da professora Nazita é reafirmada nos estudos de Prado (2020, p. 49), quando descreve que o Método Intuitivo poderia contribuir para a superação do atraso que o Brasil sofria, comparado aos países mais desenvolvidos. Esse método era visto como um meio para formar um sistema de ensino que ajudaria a expandir a educação popular no país.

As disciplinas escolares, de acordo com Chervel (1990, p. 180), “comportam não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação da massa que elas determinam.” Nesse sentido, considerando que a Escola Normal se constituía como um espaço destinado à formação de professores primários, e o método intuitivo, como um saber a ensinar, nota-se a grandeza, seriedade e comprometimento com o ensino ministrado, de acordo com os relatos da nossa protagonista.

Almeida (2010), aponta em sua pesquisa, práticas de ensino de Matemática, baseadas na memorização da tabuada, nos processos mecânicos de exercícios descontextualizados do cotidiano infantil para desenvolver a Aritmética e, como elemento renovador da cultura escolar, desponta-se o ensino intuitivo, tanto nos documentos, quanto nos depoimentos de ex-professores normalistas.

Na Aritmética, trabalhava-se com equações do segundo grau, raiz quadrada, muito aprofundada. No início, a professora da metodologia, ensinava como os professores iam dar soma, multiplicação, etc. Eram basicamente ligados com a decoração. A alfabetização que era trabalhada através da disciplina de Metodologia, usava-se a cartilha “Caminho Suave” de Branca Alves de Lima, pois a metodologia da época era a soletração, alfabetizando, pelo método silábico (Prof.^a Nazita Barros–Entrevista concedida a pesquisadora em novembro de 2023).

Conforme Chervel (1990, p. 187) as disciplinas escolares têm como o ápice os diversos conteúdos que estão explicitados de acordo com a designação que se quer dar das finalidades do ensino, pois em diferentes épocas, veem aparecer finalidades de todas as ordens que, ainda que não ocupem o mesmo nível nas prioridades das sociedades, são todas igualmente imperativas. Embora as finalidades de ensino tenham estágios distintos estão certamente em estreita correspondência uns com os outros.

Então ficamos com as disciplinas de Português, Literatura que era maravilhosa, Matemática, Psicologia, Sociologia, Música, Educação Física, Geografia e História. A

música entrava recreação também, mas tudo voltado para o ensino fundamental, a Literatura, ela aprofundava, Português também, e a Matemática, que era a Aritmética também que para época era bem avançada, né? (Prof.^a Nazita Barros – Entrevista concedida a pesquisadora em novembro de 2023).

Na década de 1960, na Escola Normal Pedro Celestino, a cultura escolar era considerada rígida dentro dos padrões da época. Os alunos precisavam estar devidamente uniformizados. As meninas usavam tênis, meia branca, saia plissada, blusa impecavelmente com o nome da escola. Os meninos vestiam tênis, calça, blusa com o nome da escola. Usava-se também uma caderneta que era carimbada a presença na hora que chegava, acompanhado pela supervisão de um inspetor.

A respeito da cultura escolar, Julia (2001, p. 10) a define como um “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar,” um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas.

Ferreira (2019) nos seus estudos faz uma análise dos Programas de Ensino da década de 1960, e faz alusões sobre a cultura escolar da época. Aponta que as concepções de ensino e aprendizagem poderiam ser identificadas e os conteúdos a serem ministrados na escola primária vinham elencados por ano, com normas e instruções destinadas aos professores, como forma de cumprimento e a garantia de uma inspeção rigorosa. A autora ainda assinala sobre as situações didáticas de ensino, cuja atividades deveriam ser desenvolvidas com os alunos, além de orientar o planejamento e sua execução, constava do passo a passo para o professor ter bom êxito em sala de aula (Ferreira, p. p. 354-355)

Neste cenário, os alunos, para ingressar na Escola Normal, precisavam passar por um exame de suficiência, onde eram submetidos a uma banca formada por professores escolhidos pelo diretor, amparados pelos artigos 37 e 38 do Regimento da Escola Normal do Estado de Mato Grosso.

Silva (2004) destaca a prática avaliativa adotada pela Escola Normal:

Para mensurar os conhecimentos apreendidos, tornou-se necessário investir na avaliação da aprendizagem. As provas eram aplicadas ao final de cada mês, sendo os alunos avaliados e os resultados das sabatinas e exercícios práticos apresentados à Congregação e à Secretaria da Escola. Somava-se a esses resultados os dos exames anuais que aconteciam três vezes ao ano, nos meses de maio, agosto e novembro (Silva, 2004, p. 204).

O objetivo do processo de avaliação era mensurar o progresso dos estudantes ao longo de um determinado intervalo, uma vez que a instituição de ensino se empenhava em implementar um sistema de avaliação eficiente. Nesse sentido, os alunos eram submetidos a testes mensais para verificar o conhecimento adquirido durante esse tempo. Os resultados obtidos eram compartilhados com a direção da escola e demais órgãos competentes.

Além das avaliações mensais, os estudantes também passavam por testes anuais que ocorriam em três ocasiões durante o ano: maio, agosto e novembro. Essas avaliações,

possivelmente, eram mais completas e tinham como objetivo medir o progresso dos alunos ao longo do período escolar.

Durante a entrevista, a Professora Nazita, também mencionou que utilizava a prova escrita e a prova oral como meios de avaliação. No caso de um desempenho insatisfatório nas disciplinas era ofertada a oportunidade de recuperação, conhecida como “segunda época”.

Esse método de avaliação aparenta ser amplo e consistente, possibilitando à instituição de ensino acompanhar a evolução dos estudantes ao longo do tempo e adotar medidas apropriadas para auxiliá-los a aprimorar, caso seja necessário. Constata-se o avanço de ações pedagógicas que pudessem intervir no processo de avaliação, com a possibilidade de adoção de outros instrumentos diversificados para avaliar o processo de aprendizagem do aluno.

Na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 4.024/61) no tocante à avaliação da aprendizagem não traz um texto específico, tudo indica, que a intenção era tentar descentralizar ações inerentes a organização do ensino.

Ao longo dos anos, no processo educacional fica perceptível as influências e motivações que levaram à promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 e, posteriormente, à transição para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Essas leis impactaram diretamente a formação de professores, refletindo-se nas práticas pedagógicas e no sistema de ensino como um todo, contribuindo para moldar a educação no país, no âmbito das Escolas Normais, e consequentemente no processo de formação docente e para a sociedade em geral.

Por várias décadas o governo mato-grossense enfrentou a ausência de professores qualificados lidando com a atuação de um número expressivo de professores leigos no magistério.

Diante deste cenário, os governantes tomaram iniciativas de articulação junto ao governo federal, possibilitando a participação de professoras normalistas mato-grossenses nos Cursos de Especialização em Educação, ofertados na capital mineira, em Belo Horizonte/MG, pelo Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (PABAE) e na cidade do Rio de Janeiro, pelo Instituto de Educação, que posteriormente deram origem a criação do Centro de Treinamento do Magistério (CTM) em Cuiabá/MT, ampliando a formação de professores em todo território mato-grossense (Amorim; Ferreira, 2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da formação de professores, no Estado de Mato Grosso, exemplificada pela trajetória da Escola Normal Pedro Celestino, reflete os desafios e os progressos ao longo do tempo. Desde sua criação, no início do século XX, a Escola Normal desempenhou um papel crucial na formação dos profissionais da educação, especialmente para os primeiros anos de escolarização. As mudanças nos métodos de ensino e na estrutura curricular, ao longo

das décadas, refletem as transformações sociais, políticas e educacionais que o Brasil tem experimentado.

A influência da Escola Normal Pedro Celestino não se limitou apenas à formação técnica, mas também contribuiu para a construção da identidade cultural e social dos professores da época. A entrevista com a professora Nazita Barros, retrata perspectivas pessoais sobre essa experiência, enfatizando a importância da instituição na sua formação, ressaltando as especializações da época, bem como na qualidade do ensino ofertado por meio da capacidade intelectual dos professores normalistas da época, enfatizando os padrões de vestimenta e as disciplinas trabalhadas naquele momento.

O desenvolvimento da Escola Normal reflete as mudanças nas concepções pedagógicas, passando do método intuitivo para uma abordagem mais prática e contextualizada. As adequações no currículo e nos métodos de ensino visaram atender às necessidades sociais da época e preparar os professores para os desafios do ensino primário.

O investimento na construção do Palácio da Instrução reforça o compromisso do governo em fornecer infraestrutura adequada para a formação de professores. O fato de a maioria dos professores serem do sexo masculino refletia as normas sociais da época que limitavam o papel das mulheres na esfera pública, pois mesmo as professoras, tendo seus diplomas de normalistas, continuavam sendo professoras primárias, enquanto que os homens, na sua totalidade, formavam o corpo docente do ensino normal e secundário da capital.

A história da Escola Normal Pedro Celestino, no Estado de Mato Grosso, é um capítulo significativo no desenvolvimento da educação brasileira. O legado dessa instituição, marcado por desafios superados e contribuições para a formação de profissionais dedicados, continua a influenciar a educação no estado, destacando a importância contínua da reflexão sobre o passado para informar o presente e moldar o futuro da educação no Brasil.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: **O Legado Educacional do Século XX no Brasil** / Demerval Saviani (et al.) – Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 75

ALMEIDA, Laura Isabel Marques Vasconcelos de. **Ensino de Matemática nas Séries Iniciais no Estado de Mato Grosso (1920-1980): uma análise das transformações da cultura escolar**. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Educação) PUCPR, 2010. Disponível em: <https://pergamum-biblioteca.pucpr.br>. Acesso em 08 nov.2023.

ALMEIDA, Laura Isabel Marques Vasconcelos de. Matemática Escolar: do Método Intuitivo à Matemática Moderna (1920-1980). **Cadernos para o Professor**. Ano XXIV nº 34 Ago/Dez 2017. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br.pdf>. Acesso em 07 mar.2024.

AMORIM, Rômulo Pinheiro de; FERREIRA, Márcia dos Santos. Intelectuais e educação em Mato Grosso nos anos 1960. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.5, n.15, p. 61-74, set./dez.2015. Disponível em file:///D:/HP/Downloads/pdf. Acesso em 15 mai. 2024.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 2, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3986904/mod_folder/content/0/Chervel.pdf. Acesso em 12 mai. 2024.

DALCIN, Andréia; CUNHA, Rute da; SANTOS, Vinicius Machado Pereira dos. Panorama Histórico sobre a Educação Matemática e a Formação de Professores que Ensinam Matemática em Mato Grosso. **II Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática – ENAPHEM**. Bauru/SP, 2014. Disponível em: <https://www2.fc.unesp.br/enaphem.pdf> Acesso em 08 mai.2024.

FERREIRA, Josélia de Souza Soares; ALMEIDA, Laura Isabel Marques Vasconcelos de. Vestígios da formação de professores em Mato Grosso: os programas do ensino primário de 1962. **Revista REAMEC**, Cuiabá-MT, v. 7, n. 3, set/dez 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/9255/pdf>. Acesso em 02 jun.2024.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. Instrução Elementar no Século XIX. In: VEIGA, Cynthia Greive; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **500 anos de Educação no Brasil**. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GOMES, Nailza da Costa Barbosa. Grupos Escolares e a Ampliação da docência feminina em Cuiabá-MT durante a Primeira República. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá-MT, vol. 4, n. 1, jan/jul., 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/outrasfronteiras>. Acesso em 20 mar.2024.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 1, jan. / jun.2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br>. Acesso em 10 mai.2024.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

MATO GROSSO, Regulamento da Escola Normal de Cuiabá. **Coleção de Leis e Decretos**. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá/MT, 1910.

MARTINS, Angela Maria Souza. Breves reflexões sobre as primeiras Escolas Normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.35, p. 173-182, set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acesso em 10 mar.2024.

MUNIZ, Bruno Fernando. **Aritmética, Geometria e Álgebra nos Programas de Ensino das Escolas Normais no Brasil (1910- 1945)**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale

do Sapucaí. Pouso Alegre: 2018.113f. Disponível em: <https://pos.univas.edu.br/mestrado-educacao/menu/dissertacoes.asp>. Acesso em 12 mai.2024.

PRADO, Douglas Silva do. **Escolas Normais no Brasil no Período Imperial (1835-1889)** / Douglas Silva do Prado; orientadora, Michele Rosset. – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/570967>. Acesso em 07 mai. 2024.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos. **Escolas Reunidas: na sedimentação da escola moderna em Mato Grosso (1927-1950)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2012. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/928/1/DISS_2012.pdf. Acesso em 12 fev.2024.

SILVA, Elizabeth Figueredo de Sá Poubel. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05062007-103919/pt-br.php>. Acesso em 10 mai.2024.

SILVA, Elizabeth Figueredo de Sá Poubel; Leowigildo Martins de Mello e a organização da Escola Normal de Cuiabá. **Revista Brasileira de História da Educação** n° 7 jan./jun. 2004. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38675>. Acesso em 10 mai.2024.

SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel. Escola de Cuiabá: história da formação de professores em Mato Grosso (1910-1916). EdUFMT, **Coletânea Educação e Memória**; v.2, (Orgs). Nicanor Palhares Sá e Elizabeth Madureira. Cuiabá-MT, 2006.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação. **Memória e formação de professores** [online]. Salvador: EDUFBA (Org) Nascimento, Antônio Dias; Hetkowski, Tânia Maria. SciELO Books EDUFBA, 2007, 310p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-04.pdf> Acesso em 12 mai.2024.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998. Acesso em 07 mai.2024

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, UNESP, Mai/Jun/Jul/Ago 2000, n.14. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbedu>. Acesso em 10 maio/2024.

Informações do artigo

Recebido: 21 de setembro de 2024.

Aceito: 18 de fevereiro de 2025.

Publicado: 19 de abril de 2025.

Como citar esse artigo (ABNT)

SIQUEIRA, Eliane Maria do Prado; ALMEIDA, Laura Isabel Marques Vasconcelos de. Vestígios sobre a formação de Professores Normalistas na Escola Normal Pedro Celestino (1960). **Revista Prática Docente**, Confresa/MT, v. 10, e25008, 2025.
<https://doi.org/10.23926/RPD.2025.v10.e25008.id948>.

Como citar esse artigo (APA)

Siqueira, E. M. do P., & Almeida, L. I. M. V. de. (2025). Vestígios sobre a formação de Professores Normalistas na Escola Normal Pedro Celestino (1960). *Revista Prática Docente*, 10, e25008.
<https://doi.org/10.23926/RPD.2025.v10.e25008.id948>.

Editores da Seção

Marcelo Franco Leão 

Editor Chefe

Thiago Beirigo Lopes 